

ASSEMBLÉIA EXTRAORDINÁRIA

Ata n.º 025/06.

1
2
3
4 Aos trinta dias do mês de outubro de dois mil e seis, às dezoito horas e trinta minutos, pelos
5 fundamentos constantes das inclusas notas taquigráficas que integram a presente Ata, reuniram-se
6 para Assembléia Extraordinária na sede do Conselho Municipal de Assistência Social do Município
7 de Porto Alegre, sito Rua Cel. Genuíno, n.º 421, 3º andar – Esplanada dos Açores, sob coordenação
8 da Presidente Maria Lopes Rodrigues, CORAS Norte, e na presença dos **CONSELHEIROS DA**
9 **SOCIEDADE CIVIL**: Eliane Gassen – **USBEE**; Eunice Zimmermann – **Instituto Leonardo**
10 **Murialdo**; Arnaldo Batista S. dos Santos e Zoleima Maria Perondi – **Sociedade Educação e**
11 **Caridade – Instituto São Benedito**; Denise Araci Leonhardt – **Associação Cristã Feminina**;
12 Maria Bernadette M. de Medeiros – **CRESS**; Milda S. Pinent – **UAMPA**; Iara de Fátima Bueno da
13 Rosa e Miriam Dabdab D. Kolinger – **CORAS Centro**; Maria de Lurdes dos Santos – **CORAS**
14 **Centro-Sul**; Josiane S. Cardoso – **CORAS Cruzeiro**; Heloísa Helena L. Vinõlo e Eliane da Luz
15 Santos – **CORAS Glória**; Lurdes Vargas de Souza – **representante provisória CORAS Ilhas**
16 **Humaitá/Navegantes**; Marister da Cunha John e Olinda Maria Roberti – **CORAS Noroeste**; Maria
17 Lopes Rodrigues e Elvira C. da Silva – **CORAS Norte**; Paulo Francisco da Silva – **CORAS**
18 **Partenon. CONSELHEIROS DO GOVERNO**: Márcia L. Soares – **DMAE**; Letícia G. de Souza –
19 **DEMHAB**; Cláudia Ilha de Lima e Sandra Mara Nunes – **FASC**; Eloísa Helena C. Strehlau –
20 **SMC**; Paulo Roberto Pontes – **SMDHSU**; Marinês Sanhudo – **SMED**; Isabel Maria Walenciuk –
21 **SMF**; Patrick de O. Teixeira e Carlos Fernando S. Filho – **SMGL. FALTAS JUSTIFICADAS**:
22 (nenhuma) **AUSENTES/SOCIEDADE CIVIL**: Lourdes Maria Pretto – **representante provisória**
23 **CORAS Cristal**; Rita Shroeder – **representante provisória CORAS Eixo Baltazar**; Gisselda de
24 Fátima O. de Jesus – **CORAS Extremo-Sul**; Carlos. B. da Silva – **CORAS Leste**; Francisco T. de
25 Lima e Adriana Regina D. Bezetti – **CORAS Lomba do Pinheiro**; Rose Ceroni e Ronaldo B. de
26 Brites – **representante provisória CORAS Nordeste**; (Sem representação) – **CORAS Restinga**;
27 Gleci G. Alvarenga – **CORAS Sul. AUSENTES/GOVERNO**: (Sem representação) – **Câmara**
28 **Municipal**; Andréia P. Leal e Jairo Armando dos Santos – **DMLU**; Vilma Maria O. da Silva e
29 Joana Olívia Fernandes – **SMA**; Olyntho C. Filho e Cleber da S. Andrade – **SME**; Carmen Lúcia S.
30 Garcia – **SMIC**; Adriana M. Maciel e Miriam Cardon Prikladnicki – **SMS**; Lúcia Cristina D.
31 Capitão e Malena B. Ramos, Juliana de Oliveira C. Costa e Vera S. Karros, Maria Del Pilar V.
32 Solana e Carla N. Santos, Meire Ana B. da Silva e Mercedes Helena Vicentini – **STCAS. Governo**
33 **Federal**: Sem representação de Conselheiros. Após assinatura da lista de presenças, a Sra.
34 Presidente deu início aos trabalhos. **Pauta: 1. Resoluções ad referendum; 2. Reprogramação do**
35 **Saldo do Fundo Nacional de Assistência Social de 2005; 3. Planilha de Prioridades, Metas e**
36 **Recursos para 2007 (atualização); 4. Representação do CMAS no GT – SUAS, PEMSE,**
37 **Tripartite III. Sra. Presidente (Sra. Maria Lopes Rodrigues)**: Boa-noite, sejam todos bem-
38 vindos. Vamos dar início a nossa reunião extraordinária. A nossa Pauta hoje é para a gente
39 homologar aquelas resoluções que foram aprovadas de *ad referendum* na reunião passada. O
40 segundo ponto, que é a Reprogramação do Saldo do Fundo Nacional de Assistência Social, nós
41 estamos retirando da Pauta, porque do jeito que está vai ficar inviável a gente conseguir aprovar
42 hoje. Então, vem para a semana que vem, vamos ter que modificar a forma como está. Depois nós
43 temos a Planilha de Prioridades, Metas e Recursos para 2007, por isso as gurias da FASC estão aí
44 para apresentar. Depois a gente tem que resolver a questão das nossas representações nos GT's que
45 estão instalados e comissões externas. **1. Resoluções ad referendum.** A primeira resolução de *ad*
46 *referendum* que nós temos é a Resolução n.º 140, que era o seguinte: “Conselho Municipal de
47 Assistência Social resolve aprovar convênio de Proteção Social Básica, 40 metas com a Associação
48 Comunitária de Mulheres Comulher Liberdade, Região Ilhas/Humaitá/Navegantes, em função da

49 nova inscrição da entidade no CMAS”. Esta entidade já tinha convênio, foi suspensa por causa da
50 inscrição. Ela regularizou a sua situação conosco e está apta a receber novamente as metas, 40 metas
51 de Ação Continuada. Vamos eliminando uma a uma, ou eu leio todas e a gente vota de uma vez só?
52 De uma vez só? Ok. Então, a primeira *ad referendum* foi essa. A segunda é a Resolução n.º 147: “O
53 Conselho Municipal de Assistência Social de Porto Alegre, no uso de suas atribuições no que lhe
54 confere a Lei Complementar n.º 352, resolve aprovar a proposta de aplicação de recursos oriundos
55 das 8ª e 9ª parcelas recebidas do Governo Federal referente à atualização cadastral, conforme
56 apresentado pela FASC”. Há necessidade de explicar? Isso já havia sido aprovado anteriormente.
57 Resolução n.º 148: “O Conselho Municipal de Assistência Social de Porto Alegre, no uso de suas
58 atribuições no que lhe confere a Lei Complementar n.º 352, resolve aprovar o Plano de Aplicação
59 dos recursos oriundos do Ministério do Desenvolvimento Social de Combate à Fome, Índice de
60 Gestão Descentralizada – IGD, referente ao Programa Bolsa Família em Porto Alegre, conforme
61 apresentado pela FASC”. Isso já é lá da reunião retrasada. Resolução n.º 149: “O Conselho
62 Municipal de Assistência Social de Porto Alegre, no uso de suas atribuições no que lhe confere a
63 Lei Complementar n.º 352, resolve aprovar a seguinte composição da Diretoria Executiva:
64 Presidente – Maria Lopes Rodrigues; 1ª Vice-Presidente – Sandra Mara Nunes; 2ª Vice-Presidente –
65 Iara de Fátima Bueno da Rosa; 1ª Secretária – Maria do Carmo de Souza; 2º Secretário – Arnaldo
66 Batista S. dos Santos”. Resolução n.º 150: “O Conselho Municipal de Assistência Social de Porto
67 Alegre, no uso de suas atribuições no que lhe confere a Lei Complementar n.º 352, resolve aprovar
68 o Convênio SASE 40 metas com a Pequena Casa da Criança, Região Partenon, conforme Demanda
69 0383, do Plano de Investimento do Orçamento Participativo 2005, em função da desistência da
70 entidade contemplada, Associação Comunitária Vila São Miguel”. Então, essas são as resoluções de
71 *ad referendum*. Algum questionamento em relação a alguma delas? Podemos votar? O silêncio
72 indica que podemos votar. Quem concorda com o referendo das resoluções, por favor, levante a
73 pasta. Alguém se abstém? Alguém é contra? Ok, aprovadas. **3. Planilha de Prioridades, Metas e**
74 **Recursos para 2007 (atualização)**. Agora, como a gente disse, a nossa Pauta principal é essa
75 planilha que vocês receberam, que a Jussara e a Daniela vão estar apresentando para nós, porque
76 temos que resolver hoje em relação a essas planilhas, inclusive é o último dia para nós estarmos
77 resolvendo. Veio com atraso, por isso a gente teve que chamar esta reunião extraordinária. Foi um
78 atrasado do Governo Estadual em repassar. Então, foi todo um atrasado, não foi um problema só da
79 FASC, a FASC recebeu atrasado, portanto, teve que fazer atrasado, e, conseqüentemente, teve que
80 nos enviar atrasado. Nós vamos ter que aprová-las também atrasado. Então, Daniela, pode
81 apresentar. **Sra. Maria Bernadette M. de Medeiros:** Mariazinha, não acha melhor passar pelos
82 encaminhamentos. **Sra. Presidente:** Pode ser. A Comissão de Políticas discutiu, exaustivamente,
83 essas planilhas na quarta-feira e a Bernadette, que é a nossa coordenadora da Comissão, vai, então,
84 estar lendo os encaminhamentos que a gente tirou. **Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa:** Posso
85 falar antes? **Sra. Presidente:** Pode. **Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa:** Nós sabemos que a
86 reunião é taquigrafada, mas em função de que se deve entregar a resolução desta reunião e a ata
87 desta reunião com os pareceres, com as posições, tudo junto, é importante que alguém escreva pelo
88 menos o que foi tratado em cima da questão das planilhas. Nós não podemos esperar, porque a ata
89 taquigrafada leva um tempo maior. Só estou chamando a atenção, porque depois nós vamos ter que
90 ler a ata para ver se está de acordo para fechar, aí a gente entrega para as gurias para poder sair
91 direitinho. **Sra. Maria Bernadette M. de Medeiros:** Em função desse atrasado foi realizada uma
92 reunião extraordinária da Comissão de Políticas junto com a Executiva para analisar as planilhas
93 apresentadas, que eu vou ler a ata, quer dizer, nem é a ata, é a síntese dos assuntos tratados na
94 reunião. Então, primeiro: “A Maria Lopes reiterou a inconformidade do CMAS com o
95 encaminhamento de tão importante assunto fora do prazo. Lembrou que tal conduta fere o princípio
96 da transparência, na medida em que não só dificulta o controle social sobre a política pública de
97 assistência social, como impede a possibilidade de uma análise mais qualificada sobre o assunto em

98 Pauta. Lembrou que o assunto chegou à Comissão de Políticas apenas no dia 25-10, embora
99 estivesse na FASC desde agosto do corrente”. **Sra. Presidente:** Tem que arrumar, foi dia 23. **Sra.**
100 **Maria Bernadette M. de Medeiros:** “Quanto ao prazo final para o encaminhamento estabelecido
101 pelo DAS é 30-10. No entanto, para não ocasionar maiores problemas à população usuária da
102 assistência social de Porto Alegre foi que a Comissão de Políticas e Executiva do CMAS decidiram
103 realizar, de forma extraordinária, reunião ampliada para a análise da matéria. Viabilizada a análise e
104 a partir dos esclarecimentos que foram prestados pela FASC, deverá ser convocada uma Plenária
105 Extraordinária do CMAS no dia 30-10 para encaminhamento e aprovação da proposta. Ressaltou
106 ainda que, contrariando a legislação em vigor, a proposta do Orçamento Municipal 2007 havia sido
107 encaminhada à Câmara dos Vereadores sem que o CMAS houvesse analisado e aprovado as
108 propostas referentes à política de assistência social dele constante. Dessa forma, até o momento, não
109 há compromisso do CMAS com a composição dos 21 programas municipais que integram tal
110 orçamento. Essa foi a razão pela qual o CMAS solicitou para esta reunião ampliada que a FASC
111 apresentasse não só as planilhas que atualizam para 2007 o Plano Plurianual de Assistência Social
112 nos moldes propostos pelo DAS/MDS, anexos 10, 11, 12 e 14, como, também, o orçamento geral da
113 Prefeitura para 2007, de forma ser possível a análise de sua compatibilização. Com relação às
114 planilhas, anexos 10, 11, 12 e 14, foram levantadas as seguintes questões: 1) Embora sigam o
115 modelo proposto pelo MDS e DAS, as planilhas não explicitam de forma clara os quantitativos
116 referentes ao atendimento realizado diretamente pelo órgão gestor. Só é possível inseri-los com
117 dedução ao subtrair do total de atendimentos aqueles executados por conveniamento”. Vocês vão
118 ver aí duas colunas: de atendidas e conveniadas; não se justifica de forma clara o que é atendido nos
119 recursos próprios. Continuando: “Ressaltou-se que essa forma de apresentação de dados contribui
120 para mascarar a situação de excessiva terceirização e não observação do princípio da primazia do
121 Estado no desenvolvimento da política de assistência social existente em Porto Alegre. 2) Com
122 relação à Modalidade Atendimento Familiar – NASF foi alertado para a necessidade de que seja
123 verificado porque o número médio de famílias atendidas nos núcleos conveniados, que é de 10,9
124 famílias por grupo, é praticamente a metade do atendido nos números próprios da FASC, que são de
125 29,6 famílias por grupo. 3) Embora apontada em diversas oportunidades a questão da redução em
126 subsídio dos recursos humanos da FASC para dar conta do atendimento à crescente demanda do
127 programa de serviço de assistência social, não está previsto para 2007 a realização de concursos
128 públicos. Assim sendo, a implantação de alguns projetos já aprovados ou negociados no CMAS em
129 2006, como Ação Rua, reordenamento dos abrigos da rede própria para crianças e adolescentes,
130 Casas Lares e outros, estarão prejudicados pela impossibilidade de implantação dos equipamentos
131 previstos na rede própria. Tais questões deverão ser equacionadas. 4) Atendimento Social de Rua:
132 não consta na Planilha, anexo 11, a inclusão do outro serviço de abordagem já aprovado para
133 implantação em 2007”. **Sra. Sandra Mara Nunes:** Qual é o outro projeto aprovado? **Sra. Maria**
134 **Bernadette M. de Medeiros:** Só consta um, tinha sido aprovado mais um. **Sra. Iara de Fátima**
135 **Bueno da Rosa:** Não, está em discussão. **Sra. Maria Bernadette M. de Medeiros:** Então, vou
136 corrigir, vou tirar isto aqui. Vamos lá: “(5) Deverá ser alterado o número de metas da Casa de
137 Convivência conveniada para 150 e não 100 como consta na Planilha. Portanto, o atendimento total
138 previsto deverá ser de 190 pessoas. Ação Rua, anexo 11: conforme projeto já aprovado pelo CMAS,
139 deve constar na coluna por implantar unidades 17, que seriam 9 conveniadas e 1 próprio. Número
140 de pessoas atendidas: 2.040; tal situação deverá ser equacionada face a não previsão de concurso
141 público para 2007. Infância e Juventude, Serviço de Abrigagem, anexo 12: corrigir o número de
142 serviços e pessoas indicadas, tendo em vista o Projeto Casas Lares já aprovado pelo CMAS”. Os
143 recursos previstos já foram incluídos no projeto, estava certo na coluna de recursos. “Conferência
144 Municipal de Assistência Social, anexo 14: o valor indicado pelo CMAS para a realização das pré-
145 conferências e Conferência Municipal de Assistência Social em 2007, foi 50 mil reais e não 30 mil
146 reais como consta na Planilha. Curso de Especialização, Pedagogia da Inclusão, anexo 14: o projeto

147 não foi apresentado ao CMAS, sugere-se, portanto, para não perder os recursos, a transferência de
148 recursos previstos para a capacitação de servidores da FASC. Observadas as Planilhas, as demandas
149 aprovadas pelo OP para o PI 2007”. É para verificar se estão constando, se estão compatibilizadas.
150 “(11) Para atendimento das demandas do PI 2006 foi necessária a suplementação de 2 milhões de
151 reais, tais demandas transformaram-se em Ação Continuada para 2007, representando um acréscimo
152 correspondente no orçamento 2007. Verificar sua compatibilização, assim como a do saldo de
153 demandas não executadas dos PIs anteriores. Não foi incluído nas planilhas mais um Núcleo de
154 PAIF aprovado pela Conferência Municipal. Não foi incluída a previsão do Projeto GRANPAL
155 BNDES”; parece que está para ser reeditado. Esses foram os itens. “Tendo em vista o adiantado da
156 hora não foi possível examinar o Orçamento Municipal para 2007, e como neles estão incluídas as
157 ações da política de assistência social essa será pauta de nova reunião específica, novamente com a
158 participação de representantes da ASSEPLA e FASC. Por ocasião da Plenária Extraordinária do
159 CMAS, a ser realizada dia 30/10, às 18 horas, as questões levantadas nesta reunião deverão ser
160 esclarecidas e/ou corrigidas. Para a Plenária Extraordinária do dia 30/10 deverá ser providenciado
161 projetor multimídia e cópia das planilhas para todos os Conselheiros. Estiveram presentes nesta
162 reunião as Conselheiras Cláudia Ilha de Lima, Heloísa Helena L. Vinõlo, Iara de Fátima Bueno da
163 Rosa, Maria Bernadette M. de Medeiros, Maria do Carmo Souza, Maria Lopes, Marinês Sanhudo e
164 Sandra Nunes, além da Assessora Técnica Almadiva e representantes da ASSEPLA da FASC, a
165 Marta Borba e Jussara. **Sr. Arnaldo Batista S. dos Santos:** Eu também estava nesta reunião. **Sra.**
166 **Josélia:** Eu queria esclarecer que a FASC sabia que tinha que fazer essa planilha desde agosto, só
167 que a reunião de capacitação chamada pelo DAS, Governo do Estado, aconteceu dia 19 e a planilha
168 já estava aqui dia 23. Não sei se a Marta reiterou, porque realmente fizemos todo o esforço para
169 conseguir fazer em três dias. **Sra. Sandra Mara Nunes:** Está constando na ata. **Sra. Josélia:** Sim,
170 senão parece que a FASC não quer fazer. **Sra. Presidente:** Chegou no CMAS dia 23. Por isso que a
171 gente esclareceu no início que a culpa não é só da FASC. Com relação ao que a Bernadette leu
172 algum esclarecimento? **Sra. Lurdes Vargas de Souza:** Esse atendimento que não foi especificado,
173 o atendimento nas unidades próprias da FASC que não foi especificado, foi pedido para especificar
174 na planilha? **Sra. Presidente:** As gurias vão apresentar. **Sra. Maria Bernadette M. de Medeiros:**
175 Já corrigidas essas. **Sra. Presidente:** Já corrigidas com as coisas que nós pedimos para corrigir. **Sra.**
176 **Sandra Mara Nunes:** O número de atendimentos não foi combinado na reunião de se alterar. **Sra.**
177 **Daniela:** Esse é um modelo que vem direto do MDS. Então, não tem como nós alterarmos. **Sra.**
178 **Maria Bernadette M. de Medeiros:** É no Ação Rua? **Sra. Daniela:** Não, em todos. Vocês querem
179 que eu apresente item por item? Este é o anexo 10, é uma planilha anual de prioridades, metas e
180 recursos da Rede de Proteção Básica. Então, nós temos adultos e idosos na situação de
181 vulnerabilidade. A modalidade de atendimento é individual. O objetivo de financiamento era
182 manutenção e quando for implantação é investimento. Então, a gente está mantendo, continua
183 manutenção. Execução, atendidas, unidades: são 60 núcleos, são atendidas 4.800 pessoas. De
184 conveniadas temos 37 núcleos, 2.960 pessoas atendidas, os recursos dele estão incluídos dentro do
185 NASF. Então, está incluído tudo junto no orçamento do NASF. Então, NASF e PETI estão
186 incluídos nesses R\$ 8.792.242,00. **Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa:** Quanto? **Sra. Daniela:** O
187 PETI dá 2.500.000, de cabeça, mas NASF são mil famílias, 200 reais a bolsa. De cabeça assim eu
188 não sei. Então, famílias com crianças e adolescentes de 0 a 18 anos em situação de vulnerabilidade,
189 NASF, atendimento familiar, manutenção, 62 núcleos, 909 famílias, sendo que 40 conveniadas com
190 439 famílias, recurso incluído, junto os dois. O PETI, famílias com nível social PETI, também
191 atendimento famílias, manutenção, unidades: 62 famílias; 62 núcleos, 1.785 famílias, conveniados
192 40, 1.185. Para o recurso junto do NASF também é parte que vem. **Sra. Lurdes Vargas de Souza:**
193 Esse recurso é só no Município? **Sra. Daniela:** Só no Município. O PETI, na verdade, tem recurso
194 que vem oriundo do MDS, eles passam e o Município complementa em até 200 reais a bolsa.
195 Crianças e adolescentes de 7 a 14 anos em situação de vulnerabilidade social. Qual é a modalidade

196 de atendimento? Oficinas culturais, pedagógicas e grupos. Também é manutenção. São atendidos
197 101 núcleos, 6.755 pessoas, divididas em 93 núcleos para conveniado, 6.065 pessoas. Esse recurso
198 aqui, vem recurso da União, vem receita vinculada. **Sra. Heloísa Helena L. Vinôlo:** E PETI não
199 tem? **Sra. Daniela:** O PETI o MDS já integrou com o Bolsa Família. Então, já está indo direto nos
200 cartões do Bolsa Família hoje. Então, está vindo menos recurso do MDS do que vinha, porque a
201 maioria já integrou no Bolsa família. Então, já estão recebendo pela Caixa o valor. **Sra. Maria**
202 **Bernadette M. de Medeiros:** Mas tem um recurso, aquele do SASE no PETI. **Sra. Daniela:** PETI
203 Jornada Ampliada, 20 reais para a criança que está. Adolescentes de 14 a 18 anos em situação de
204 vulnerabilidade social, atendimentos individuais, visitas domiciliares e oficinas pedagógicas,
205 manutenção: 58 núcleos, 50 grupos conveniados, 188 conveniadas. R\$ 2.781.936,00. Adolescentes
206 de 15 a 18 anos em situação de vulnerabilidade social: são atendimentos em grupos no turno inverso
207 à escola: manutenção, 24 núcleos, 600 pessoas, 735 mil de recursos. **Sra. Miriam Dabdab D.**
208 **Kolinger:** Este que é o Jornada Ampliada? **Sra. Daniela:** Não, é o Agente Jovem. **Sra. Presidente:**
209 Pessoal, tem muito murmúrio. Quem sabe vocês anotam, deixem ela apresentar para depois fazer os
210 questionamentos. **Sra. Eloísa Helena C. Strehlau:** Por que as pessoas já não apontam? Porque se
211 ela vai ler tudo e depois a gente ainda vai fazer questionamentos, aí as pessoas já podem ir
212 questionando. **Sra. Heloísa Helena L. Vinôlo:** Eu acho mais fácil. **Sra. Presidente:** Tudo bem.
213 **Sra. Daniela:** Então, não precisa estar lendo? **Sra. Heloísa Helena L. Vinôlo:** Não. **Sra.**
214 **Presidente:** Então, levantem os questionamentos. **Sra. Heloísa Helena L. Vinôlo:** Eu tenho um
215 questionamento. Isto é investimento para 2007, ali não prevê em 2007 aumentar nenhuma criança
216 de nenhuma família de PETI, nenhum Programa Agente Jovem, nem Programa de NASF? Vai
217 manter só o que já tem? Eu te pergunto: isso baseado no quê? No COP o Portella informou que
218 recurso da FASC, para não ter problema este ano, foi aumentado para 72 milhões, sendo que 300,
219 mais 300 só para Programas de SASE. Aí eu estou te questionando se não há nada previsto para
220 2007? **Sra. Daniela:** As metas que aumentam hoje não são colocadas aqui. **Sra. Heloísa Helena L.**
221 **Vinôlo:** Mas não tem que ter previsto? **Sra. Daniela:** Na verdade, quando foi feito não tinham
222 vindo as demandas, não tinha vindo ainda para a FASC. E do PETI, na verdade, a gente tem que
223 repassar para o recurso que vinha do Fundo Nacional, porque a Prefeitura só complementa. **Sra.**
224 **Miriam Dabdab D. Kolinger:** Então, por que ali na verba do PETI não está em receitas vinculadas
225 Estado e União? **Sra. Daniela:** Porque hoje em dia o PETI não está mais mandando recurso, o MDS
226 não está mais enviando recursos para que a FASC passe, ele já está direto nos cartões e do Bolsa
227 Família. **Sra. Maria Bernadette M. de Medeiros:** E o Jornada Ampliada da FASC? **Sra. Daniela:**
228 Se eu não me engano são esses 495, está neste recurso aqui. **Sra. Maria Bernadette M. de**
229 **Medeiros:** Então, não teria que estar na coluna de cima? Porque isso é para PETI. **Sra. Daniela:**
230 Não é para o PETI, é que vem 20 reais para a criança que está no SASE. **Sra. Iara de Fátima**
231 **Bueno da Rosa:** Eu quero fazer um questionamento. Tu falaste que as demandas do OP não estão
232 aí dentro, só que na reunião que fizemos na semana passada nós fizemos esse questionamento, tanto
233 que foi lido pela Bernadette. Então, eu acho que teria sido importante que se tivesse procurado o
234 GPO, alguma coisa assim para ver, senão nós vamos estar com o orçamento distorcido em talvez 2
235 milhões de reais se nós tomarmos como base o livro do OP de 2006. Nós fizemos, a Bernadette leu,
236 nós fizemos o questionamento em cima do que não começou de 2006, que tem que estar aí dentro,
237 do que está previsto demandado. Então, é compromisso, está demandado, só não tem o livro, porque
238 o livro só sai em março, mas é compromisso, salvo problemas técnicos, mas aí existe substituição,
239 que a região priorizou. Então, tem esse orçamento que precisaria estar aí dentro e, além disso, houve
240 um questionamento em cima das demandas não atendidas de PIs anteriores. Então, isso me chama a
241 atenção, porque é uma diferença substancial. **Sra. Daniela:** Se é compromisso nós vamos fazer,
242 quanto a isso pode ficar bem tranquila. E em relação às outras demandas que não foram
243 contempladas ainda, elas estão programadas para 2007, elas estão e os valores foram mandados,
244 tanto que toda a temática deste ano não foi executada, está programada para o ano que vem. É

245 sempre assim, a gente sempre programa, tanto que as demandas de 2005 que não tinha sido
246 executadas até agora, elas estão incorporadas no orçamento de 2006 e estão sendo executadas. **Sra.**
247 **Heloísa Helena L. Vinôlo:** Eu não posso aprovar uma coisa que está escrita lá: “Planilha Anual de
248 Prioridades, Metas e Recursos da Rede de Proteção Básica”; ou seja, aí estão previstos o recurso e
249 as prioridades que eram básicas. E não são prioridades da FASC as demandas do OP? **Sra. Daniela:**
250 São prioridades. **Sra. Heloísa Helena L. Vinôlo:** Se é prioridade tem que estar previsto o recurso,
251 ou o Município pensa em estagnar a assistência social da Cidade? Porque está estagnado, vai se
252 manter a mesma coisa. Eu acho difícil de trabalhar e aprovar uma planilha estagnada porque o idoso
253 aumenta, as famílias aumentam, os programas de proteção à criança aumentam e está estagnado. Se
254 nós aprovarmos assim, sem previsão, vai ser cumprido como está sendo cumprido este ano, de
255 perna-quebrada. **Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa:** Eu não colocaria da forma como está
256 colocando a Heloísa, só vou fazer uma colocação concreta. Tu disseste que 2005 está incorporado e
257 está sendo feito, não é verdade. **Sra. Daniela:** Está sim, Iara. **Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa:**
258 Não. Eu não vou, por exemplo, aqui expor nada. Existe uma demanda da região centro, que está no
259 livro de 2005, um valor lá de 95 mil reais e que ninguém foi chamado para discutir a demanda,
260 ninguém. Mesmo que vá colocar ela no orçamento dia 28 ou 29 de dezembro deste ano. Então, se
261 tem uma não é a prática total, eu estou falando de uma região, não sei das outras e também não
262 quero colocar tudo é ou tudo não é. Eu não quero nem entrar no mérito de demanda, a mim
263 preocupa o seguinte: que tipo de problema teremos na aprovação desta Planilha se ela for menor do
264 que realmente se necessitar para fazer as ações? **Sra. Presidente:** Daniela, nós havíamos solicitado,
265 inclusive, que a Brizabel viesse aqui hoje. Por que eu digo isso? Porque as gurias são funcionárias,
266 portanto, elas não têm como responder pela gestão. Tudo bem, a gente está cobrando porque elas
267 que estão aqui, elas que vão ter que responder. Só que como elas vão responder pela gestão que é
268 uma questão que nós estamos questionando e é a gestão que vai ter que responder? O que nós
269 questionamos na política? O orçamento de 2006 também não está previsto, nós nos reunimos com a
270 Brizabel no início do ano passado, mostramos para ela o problema, ela se reuniu com o GPO e
271 tentou resolver, só que, novamente, o orçamento está na Câmara, não veio para cá e não está
272 previsto para 2007. Assim como a metade das coisas para 2006 não estava prevista, a não ser que
273 vocês nos provem onde está previsto aqui, porque na quarta-feira a gente só conseguiu esclarecer
274 isso. Então, esta é uma questão real, como nós vamos resolver essas questões. E em relação aos
275 orçamentos anteriores, não é só a região centro que tem reclamado, todas as regiões têm reclamado
276 das demandas que estão atrasadas. Como vocês estão prevendo de fato atender essas demandas?
277 Isso vocês vão ter que dizer, mesmo se não está programado vão ter que dizer: “Olha, não está
278 programado”; porque não tem como a gente tapar o sol com a peneira e nós precisamos resolver isto
279 aqui hoje. **Sra. Daniela:** Está programado, é que incorpora no outro ano e entra, não fica lá como
280 demanda do OP de 2005, ela vai entrar em uma demanda de SASE, vai entrar no nosso pagamento
281 de SASE. Ela está programada, na verdade. **Sra. Presidente:** A grande questão é o seguinte, as
282 gurias até já disseram, está programado, só que não se prevê nenhum aumento de metas. Portanto,
283 não está programado, porque se tu fores somar as metas de 2006 com as anteriores, para 2007 é um
284 número maior. Tu me desculpa, mas nós somamos, nós calculamos na ponta do lápis. **Sra. Heloísa**
285 **Helena L. Vinôlo:** Está programada aí a manutenção de quem assinou o convênio e já está
286 recebendo, não de quem não assinou ainda. Por exemplo, a Pequena Casa não assinou ainda, então,
287 não está programada aí, mas ela tem que começar a receber agora, vai assinar agora, daqui dois dias,
288 daqui um mês, e aí? **Sra. Daniela:** Mas vai receber. Pode não estar aqui, mas ela vai receber, vai
289 conveniar. **Sra. Josiane S. Cardoso:** Eu gostaria de uma informação. Tu estás colocando que o
290 recurso está previsto, se não estiver aí vai ser incluso ano que vem, mas eu fico preocupada porque
291 na minha região a maior queixa é a questão do PETI, que ele não está chegando desde 2005. O
292 pessoal recebeu seis meses, as entidades, os outros seis meses não chegaram e este ano também
293 ainda nem sinal do recurso, e a gente não tem nenhuma explicação quando vai chegar, se vai chegar.

294 Teve entidades que foram direto na FASC e disseram que o recurso do ano passado tinha sido
295 perdido. Aí eu fico em dúvida, por que como eu vou representar uma região, vou aprovar uma
296 planilha que a gente sabe que alguns recursos não vão chegar, ou que levem dois, três, quatro meses,
297 o ano todo e só vão chegar no final do ano, ou também nem vão chegar. Eu não vou ter segurança
298 nenhuma. É o que está acontecendo, não é só a questão do PETI, é o Ação Continuada, é esse
299 recurso dos idosos que também demora muito a chegar. Como tu vais conseguir fazer um bom
300 trabalho se não tem previsão de recurso? Tu não vais poder realizar sem ter o recurso financeiro
301 para poder dar conta. **Sr. Carlos Fernando S. Filho:** Não querendo dificultar o trabalho da colega
302 que está apresentando a planilha e nem da nossa demanda de trabalho aqui na Plenária de hoje, mas
303 para a próxima reunião, mesmo que seja extraordinária, uma pergunta que eu faço: não seria mais
304 adequado a gente fazer a visualização de todo o montante de recursos da gestão para poder entender
305 melhor o recurso ano a ano? Tipo a questão do Ação Rua, eu não sou da FASC, aí se exigiu que se
306 implante 17 núcleos, isto vai ter um custo, este custo não estava orçado, mas a população quer, as
307 entidades querem, o Poder Público quer, todo mundo quer, mas não estava orçado criar uma coisa
308 dessas. Eu já sei que existe o recurso, mas isso é do outro ano, mas eu também não sei por que não
309 está nesta planilha. Então, se mostrasse os outros anos apareceria isso que está se pedindo? **Sra.**
310 **Daniela:** Outros anos não, este aqui é só 2007. **Sra. Eloísa Helena C. Strehlau:** É produto
311 exercício, o que sobra de um ano para o outro não aparece na planilha, é isso? Aquilo que sobrou de
312 metas, que vai entrar, que tem recurso já. **Sra. Daniela:** Como assim o que sobra de metas? **Sra.**
313 **Presidente:** Pessoal, tem inscrições. A Eloísa falou, não estava inscrita, tudo bem. **Sra. Maria**
314 **Bernadette M. de Medeiros:** Carlos, o problema é que desde o início esse Plurianual está muito
315 engraçado, porque no Plurianual quando veio o ano passado para nós, veio exatamente com aquilo
316 que já estava sendo executado em 2004 e para todos os anos iguais. Não constava nas planilhas
317 nenhum acréscimo nos cinco anos. Isso foi questionado e nos foi dito que haveria, anualmente, as
318 revisões e que seriam fixados os aumentos. **Sra. Sandra Mara Nunes:** Eu queria fazer uma
319 proposta. Para a reunião de Comissão de Políticas foi apresentada uma série de apontamentos,
320 então, eu acho que seria interessante, já que nós não vamos ler toda a planilha, que fossem
321 apresentadas as alterações que foram findadas da semana passada para cá. Foi esse o objeto, foi a
322 tarefa combinada que fosse apresentado aqui na Plenária. Então, eu acho que nós poderíamos partir
323 para aqueles itens que foram pautados pela Comissão de Políticas. Senão nós vamos ficar em uma
324 discussão desgastante e não vamos chegar a um denominador comum. **Sra. Maria Bernadette M.**
325 **de Medeiros:** Essa questão, Sandra, do OP, da inclusão, foi pontuada. **Sra. Sandra Mara Nunes:**
326 Eu sei que foi pontuada, só estou retomando, porque eu acho que todos os itens deveriam ser
327 analisados. **Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa:** Eu concordo com a proposta da Sandra, só queria
328 reiterar a pergunta que fiz, porque eu acho que aglutina todas as dúvidas que há, no sentido
329 seguinte: o que acontece a gente aprovando um orçamento menor do que a necessidade, do que está
330 gerando em torno? Que é o próprio OP, essa coisa toda e outras demandas. Então, por exemplo,
331 qual é a consequência que tem? Nós aprovávamos um orçamento que diz que vai gastar mil e vai
332 gastar cinco mil, para mim essa é a lógica da coisa, ou vamos botar ressalvas, montanhas de
333 ressalvas. **Sra. Miriam Dabdab D. Kolinger:** Podemos aprovar com ressalvas. **Sra. Iara de**
334 **Fátima Bueno da Rosa:** Então, a linha é a posição da Comissão de Políticas. Então, vamos
335 acompanhar, tipo assim, a Bernadette dá qual é o primeiro ponto, dá o tom da música e a gente vai
336 embora. **Sra. Maria Bernadette M. de Medeiros:** A questão dos concursos nem vamos entrar,
337 vamos ver como vão ser equacionados aqueles projetos que estavam previstos de formação de
338 recursos próprios, só que alguns dos projetos diz que é gradativamente, só que o gradativamente,
339 então, deverá ser a partir de 2008 pelo jeito. **Sra. Eunice Zimmermann:** Mas não dá para colocar
340 como ressalva isso? **Sra. Sandra Mara Nunes:** Tu está falando em relação ao Ação Rua. **Sra.**
341 **Maria Bernadette M. de Medeiros:** Ação Rua, Casas Lares e reordenamento dos abrigos. **Sra.**
342 **Sandra Mara Nunes:** O Casa Lar já foi definido e aprovado neste Conselho, ele seria de natureza

343 conveniada. Em nenhum momento se resolveu aqui que ele seria próprio, como Casa Lar é um
344 modelo conveniado. **Sra. Maria Bernadette M. de Medeiros:** É que associado ao Casa Lar estava
345 junto a questão do reordenamento. **Sra. Sandra Mara Nunes:** Não, não está associada, é uma outra
346 coisa. Uma coisa é a Casa Lar, que é conveniada, a outra é em relação ao reordenamento dos
347 abrigos. O projeto não veio para cá ainda, ele foi concluído hoje, posso dizer isso. Estava com a
348 coordenação, está indo para a Direção e virá para a apreciação deste Conselho. Então, o
349 reordenamento de abrigo não foi apresentado no Conselho. **Sra. Maria Bernadette M. de**
350 **Medeiros:** Eu quero dizer que quando da aprovação das Casas Lares houve o compromisso de
351 também apresentar a proposta de reordenamento dos abrigos. **Sra. Sandra Mara Nunes:** É isso que
352 eu estou dizendo, que está vindo para o Conselho ainda no mês de novembro. **Sra. Maria**
353 **Bernadette M. de Medeiros:** Com previsão de implantação em? **Sra. Sandra Mara Nunes:** Não
354 vou abrir ainda porque tem que apresentar o projeto e a gente discutir. **Sra. Presidente:** Mas tem
355 recurso previsto? **Sra. Sandra Mara Nunes:** Tem recurso previsto. Como a Marta colocou que o
356 recurso estava junto com o reordenamento institucional, nós colocamos na reunião de quarta-feira,
357 na Planilha está previsto o recurso financeiro para a proposta do reordenamento de abrigos. **Sra.**
358 **Maria Bernadette M. de Medeiros:** Conteúdo de recursos humanos, existe a possibilidade real, é
359 isso? **Sra. Sandra Mara Nunes:** O projeto está aqui. Quero deixar claro que a gente já discutiu na
360 quarta-feira passada e não teremos, ou não temos como garantir agora. Não faremos a promessa de
361 que teremos concurso público em 2007. Eu não vou abrir mais sobre o processo, não estou
362 autorizada a fazer isso, até porque o projeto não foi apreciado ainda, pode ter alterações. **Sra. Maria**
363 **Bernadette M. de Medeiros:** Mas é inferência nossa já que estão super escassos, se está prevendo
364 de dois abrigos se transformarem em dez, oito, sei lá quantos abrigos tem. **Sra. Sandra Mara**
365 **Nunes:** Eu acho, Bernadette, que nós não temos que discutir essa questão, porque esse projeto não
366 veio para cá, não saiu nenhuma resolução da discussão do Casa Lar, não saiu nenhuma
367 recomendação em relação ao abrigo, o que saiu foi uma solicitação de um projeto a ser elaborado e
368 apresentado. Não saiu nenhuma determinação deste Conselho de como deveria ser esse
369 reordenamento. A gente vai apresentar o projeto. O próximo item, em relação ao Ação Rua, está
370 estabelecido. É que em uma implantação inicial, determinada no Conselho, seria um serviço próprio
371 e oito conveniados. O que está estabelecido é implantar este para que fosse feita uma avaliação do
372 projeto, para depois, então, demandar a implantação dos outros oito. **Sra. Iara de Fátima Bueno da**
373 **Rosa:** Que poderão ser conveniados, mas que, gradativamente, deverão ser transformados em
374 próprios. **Sra. Sandra Mara Nunes:** Então, não está colocada na discussão do Ação Rua que vai
375 ser apresentado no dia 6, não tem resolução ainda para o Ação Rua, ele vai ser apresentado na
376 próxima Plenária. **Sra. Heloísa Helena L. Vinólo:** Não foi aprovado, não foi apresentado, mas a
377 intenção era de se apresentar durante o final deste ano, começo de 2007, aí ser aprovado, como
378 executar se não está previsto? **Sra. Presidente:** Está previsto. **Sra. Sandra Mara Nunes:** Heloísa,
379 só para ficar claro, essa implantação parcial depois da avaliação não estabeleceu o prazo para dizer
380 que em 2007 são só esses e que os outros só em 2008. O Conselho não deliberou isso, deliberou que
381 se implante, que se avalie, podendo acontecer. Não houve implantação ainda em 2007, porque não
382 foi estabelecido de que seria agora a implantação em 2007 e o restante só em 2008. Isso não foi
383 estabelecido. **Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa:** Inclusive, na elaboração da ata, quando se falou
384 do Projeto Ação Rua, nós fomos muito claros no sentido de que poderia haver um conveniamento.
385 Embora a comissão na sua maioria achasse que tinha que ser 50% paritário, nós entendíamos a
386 dificuldade na questão de recursos humanos e para não impedir a implantação poderia haver. Tanto
387 que a gente coloca uma ressalva no sentido de que no momento que o serviço se tornar impróprio
388 isso significa desconvenimento. Então, nós realmente não pusemos prazo. **Sra. Maria Bernadette**
389 **M. de Medeiros:** Foi só uma preocupação levantada. **Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa:** Sim,
390 nós até chamamos a atenção, por que não dava para fazer igual? Porque dependia de concurso e a
391 gente sabe que é um trâmite que demora. **Sra. Presidente:** Eu acho que a preocupação da

392 Bernadette procede, porque aqui mesmo a gente já discutiu várias vezes essa questão de recursos
393 humanos. Havia, inclusive, o compromisso da Presidente de que estariam neste ano que passou, que
394 está passando, 2006, revendo-se a questão de concursos. Eu acho estranho que não se preveja sequer
395 o edital de concurso para 2007 quando a gente tem demandas, inclusive, nesta semana estavam me
396 cobrando a Programa Família, que tem que ser conveniado e não tem recursos humanos. Então, para
397 mim, há no mínimo uma incoerência em relação. Então, desculpa, Sandra, eu sei que tu estás
398 respondendo pelo Governo, só que não tem como a gente aceitar esse tipo de coisa, porque sabe que
399 os serviços estão precários por falta de recursos humanos, aí não se prevê de novo em 2007. Então,
400 isso significa que nem em 2007, talvez em 2008 vá sair o edital, aí lá em 2009 quem sabe se começa
401 a contratar. Então, eu acho que essa preocupação tem que ficar registrada. Eu acho que a gente tem
402 que continuar registrando a nossa indignação com isso. **Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa:** Eu
403 concordo com essa posição, inclusive, foi dada realmente pela Brizabel, nas primeiras reuniões que
404 ela participou conosco, dizendo que estava fazendo um remanejamento, aquela coisa toda, que o
405 pessoal estava puxando para a sede para poder reordenar a questão de recursos humanos. Nós temos
406 reiterado essa necessidade, mas, também, fui testemunha de uma reunião junto com o Prefeito, em
407 que eu mesma a inquiri, quando ficamos falando sobre o PEMSE na sala do Prefeito, ela falou uma
408 série de coisas, disse: “Não, nós não temos problema de pessoal”; e eu fiz a pergunta extremamente
409 objetiva: “Então, tu queres dizer que não tem problema de recursos humanos?” E ela disse que não
410 tinha. Aí são duas posições completamente diferentes, porque se ela disse que não tinha e não
411 colocou aqui, é lógico que nós temos que questionar. Se ela disse que não tinha necessidade é lógico
412 que não ia colocar. **Sra. Maria Bernadette M. de Medeiros:** É estranho, porque a própria FASC
413 nos encaminhou uma planilha ano passado dizendo da escassez de recursos humanos. Encaminhou
414 ao Prefeito exatamente para subsidiar a necessidade de recursos humanos. É uma necessidade
415 reconhecida pela própria FASC, que fez um levantamento. **Sr. Carlos Fernando S. Filho:** Eu acho
416 que a gente está sobrepondo assuntos e está misturando necessidades nesta Plenária hoje, isso já
417 aconteceu em outras Plenárias que tive a oportunidade de participar neste ano também. Não quero
418 estar defendendo ninguém, mas quero fazer uma constatação que a gente vem vendo na Cidade,
419 transitando por todas as regiões, desde março deste ano. Eu acho que quando a gente fala que não
420 existem recursos humanos, isso pode ser uma primeira impressão. E eu acho que a gente defende
421 tanto o SUAS e a integração de todas as ações prova um atendimento família. Quem viveu FASC e
422 quem vive FASC, seja conveniado ou próprio, sabe que vai haver uma convergência de ações pró-
423 trabalho. Então, aqueles servidores que estão de repente acostumados a exercer duas, três ações, vão
424 ter que ver no total: nós queremos o SUAS? Queremos. Nós queremos que isso se configure? Vai se
425 configurar. Antes de a gente pensar em concurso público acho que a gente também tem que ver
426 como isso vai se dar na prática. Este Conselho se propôs a discutir o SUAS, de haver formações, de
427 haver discussões, mas a gente também tem lido, a gente também tem estudado. Se tu colocares o
428 SUAS eu acho que a gente tem que pensar duas vezes antes de falar em concurso público. Também
429 tem outra coisa dentro da Prefeitura hoje, transitando por todas as regiões, existe muito quadro
430 qualificado e muito quadro não sendo utilizado, proporcionalmente, com atividades que hoje a área
431 da assistência social exige. Alguns setores conseguem convergir para essa tal de intersectorialidade e
432 transversalidade, alguns setores suprem. Se a gente vai voltar à discussão de, de repente, a parte de
433 assistência social tem que suprir tudo, na minha opinião nós vamos estar incorrendo em um
434 retrocesso. Eu acho que isso pode gerar um equívoco e depois vai ser tão desgastante e estressante
435 quanto foi aquela decisão de 97, de banir a educação física da Fundação de Assistência. E a gente
436 sabe hoje, quem é de entidade conveniada sabe, o que agrada a gurizada de SASE e Trabalho
437 Educativo é esporte, não é o pedagogo, não é o assistente social, não é o psicólogo. Quem segura a
438 gurizada é professor de educação física. Em 97 foi tudo mandado embora, está tudo na SMED, aí
439 atende, não atende. Eu acho que nós merecíamos um esclarecimento melhor antes de falar em
440 concurso público. Isso me deixa bem desorientado. **Sra. Presidente:** Carlos, eu acho que tu estás

441 dizendo que há uma confusão, mas tu mesmo estás trazendo uma série de coisas que não estão na
442 Pauta **Sr. Carlos Fernando S. Filho:** Assim como o que veio na Plenária até agora. Tem várias
443 coisas aí que estão vindo e que não eram da Pauta. **Sra. Presidente:** Este Conselho tem uma
444 responsabilidade, nós estamos discutindo orçamento público, onde nós somos responsáveis. Nós
445 estamos levando para questionamento de coisas que são procedentes, há necessidade, não está
446 previsto no orçamento. É isso que nós estamos questionando e é isso que vamos continuar
447 questionando, quer o Governo goste ou não, este é o nosso papel. **Sra. Maria Bernadette M. de**
448 **Medeiros:** Carlos, eu acho que tu estás trazendo um dado que talvez seja novo, que nunca veio para
449 cá. De repente um remanejamento dentro da Prefeitura haja recursos humanos, porque até agora o
450 que nos chegou em termos oficiais foi uma planilha encaminhada pela Brizabel dando conta das
451 lacunas dos aposentados, das não substituições, encaminhado ao Prefeito. Houve uma informação
452 por parte da Direção da FASC da escassez de recursos humanos, para manter o que já tinha. A
453 preocupação é como nós estamos aprovando projetos, aumentando demandas, se não está previsto?
454 Então, ao discutir o orçamento se discute coisas globais, porque não adianta eu aprovar um projeto
455 cujos recursos não estão previstos. **Sra. Eunice Zimmermann:** Eu queria fazer algumas
456 ponderações em relação a isso que está sendo levantado. Eu participei, o CMAS também, de uma
457 comissão, de um GT de trabalho que foi nomeado para rediscutir o Programa Família da assistência
458 social. Este reordenamento do Programa Família, com a implantação do SUAS, chegou-se à
459 conclusão de que não existe na nova configuração do Programa Família dentro do SUAS, a FASC
460 não tem a metade de recursos humanos necessários. Então, Carlos, a coisa está realmente defasada,
461 aí ha de se pensar se a posição do Governo é de terceirizar tudo, conveniar tudo. Agora, se vai
462 cumprir o SUAS, o quadro funcional da FASC está defasado. **Sr. Carlos Fernando S. Filho:** O que
463 vocês chamam de terceirizar? **Sra. Eunice Zimmermann:** Conveniar. **Sr. Carlos Fernando S.**
464 **Filho:** Isso aí foi banido, sempre foi questionamento de todos os Conselhos, nunca se buscou
465 terceirização. Eu não estou entendendo isto aqui hoje! **Sra. Eunice Zimmermann:** Eu acho que o
466 questionamento com relação ao concurso é sério e é válido, porque o próprio Prefeito quando
467 recebeu o Fórum de Entidades assumiu o compromisso de fazer concurso público porque o quadro
468 da FASC estava defasado. Então, este Conselho tem que dizer sim que a FASC tem que prever
469 concurso público, porque não adianta dizer que vai reordenar, de buscar lá não sei onde, para trazer
470 não sei para que, porque isso não vai existir, da mesma forma como não vai existir a questão de
471 dizer que depois a gente pega verba em outro lugar. Então, essa é a questão. Eu transitei dentro da
472 Prefeitura, dentro da FASC, no Programa Família, no gabinete do Prefeito, acho que a FASC tem
473 que ser pensada com um pouco mais de respeito com relação a isso, porque é impossível um técnico
474 dar conta de 100 famílias. Então, se a gente tem que aprovar, que aprove com todos os adendos,
475 inclusive, o adendo de concurso público. **Sr. Patrick de O. Teixeira:** Não tem como aprovar isso e
476 o Conselho fazer apontamentos? **Sra. Presidente:** Esta é a proposta que foi feita. A questão que
477 está colocada é essa, a Bernadette levantou a questão do concurso público, que nós temos que
478 pontuar. O que está sendo discutido é a não necessidade, isso que o Carlos está trazendo, mas o
479 Conselho está apontando que tem essa necessidade. Isso nós queremos que vá como ressalva. **Sra.**
480 **Josiane S. Cardoso:** Caso aprove esta Planilha com essas ressalvas, mas, sendo que não está
481 previsto recurso financeiro, vai adiantar de alguma coisa? No meu entendimento aprovar uma
482 Planilha desta fica inviável se não tem previsão de recurso. Se vai aprovar alguma coisa que fala de
483 recurso, o recurso tem que aparecer aí. **Sra. Daniela:** E fica inviável se não aprovar, aí no ano que
484 vem não tem como executar nada mesmo. Então, na verdade, o que não está previsto vai ser
485 conseguido. Eu estou comprometendo a minha palavra, eu acho que a Presidente Brizabel da mesma
486 forma. O que não estava previsto de 2006, todo mundo sabe, foi suplementado e nós estamos
487 executando. Da mesma forma que se o OP não está previsto, ele será executado ano que vem, vai
488 ser de qualquer forma suplementado. Se vocês aprovarem, como a Iara falou, aprovarem mil reais e
489 vai ser cinco mil, nós vamos dar um jeito, vamos correr atrás para que seja feito isso. É inviável se

490 vocês não aprovarem. **Sra. Lurdes Vargas de Souza:** Nas regiões o que está sendo previsto no OP
491 vem se arrastando e se arrastando porque não tem recurso, vai se cumprir, vai se cumprir e não se
492 cumpre nunca. As coisas vão se arrastando e a gente vem apanhando por causa desse tipo de coisa.
493 Eu acho que está hora de parar com isso e resolver, tem que ser previsto, hoje era para estar aqui
494 com as coisas tudo contempladas. **Sra. Maria Bernadette M. de Medeiros:** Esta data de 30/10 é
495 estabelecida por quem? **Sra. Sandra Mara Nunes:** Pelo DAS. Quando o DAS chamou a FASC
496 para orientação em relação à Planilha, no dia 19/10, foi levantada a possibilidade de prorrogação do
497 prazo para dar tempo de passar pelo Conselho, se fazer as adequações necessárias. Não foi
498 prorrogado o prazo, o DAS mantém a data de entrega e aquilo que a Dani colocou, se não aprovar
499 inviabiliza o orçamento de 2007, inviabiliza a execução. Eu vou fazer uma fala no sentido de que a
500 gente está falando sobre outros assuntos, os outros assuntos estão rendendo mais do que a proposta
501 que eu fiz, que a gente se voltasse para a Planilha. Então, estamos discutindo OP, estamos
502 discutindo recursos humanos da FASC. Nós temos que nos focar na Planilha, porque se formos
503 discutir outros assuntos eu não sei o que a gente vai resolver em 15 minutos. **Sra. Maria**
504 **Bernadette M. de Medeiros:** Que recursos ficam comprometidos com esta Planilha? **Sra.**
505 **Daniela:** Todos os recursos. **Sra. Marister da Cunha John:** Eu sou Conselheira eleita nesta última
506 eleição, não quero roubar o tempo de mais gente, mas eu acho que está havendo uma falta de
507 respeito aqui. Eu penso o seguinte: o pessoal que está aqui enquanto representante do gestor, quando
508 o pessoal se posiciona eles ficam: “Não está gostando, desconvenia, larga, deixa”. A gente tem que
509 trabalhar em um espírito de cooperação. Esse é o acolhimento dos novos? O que é isso? Já que
510 vocês vêm aqui colaborem para que a coisa ande e flua, porque eu acho que a cidade é uma só. As
511 crianças, os idosos, todo mundo está precisando. Não, vem aqui criticar o colega que diz ali que
512 realmente a gente está lá, não tem convênio, não repassam. **Sr. Carlos Fernando S. Filho:** É uma
513 via de dois lados, colega! **Sra. Marister da Cunha John:** Tudo bem, mas aí tu vais lá na nossa
514 região, diz que tem um monte de dinheiro para vir, e aqui a gente está vendo que não tem. O que é
515 isso, Carlos? Vocês estão aqui criticando todo mundo que fala! É assim as dinâmicas das reuniões?
516 Eu, enquanto Conselheira eleita pelas pessoas da minha região, me sinto totalmente desrespeitada,
517 porque vocês têm cargo, não tem? Nós fomos eleitos pelo povo com quatro, cinco, oito, dez ou
518 quinhentos votos, mas é a voz do povo e nós vamos defender a questão do enfrentamento e da
519 questão social. **Sr. Carlos Fernando S. Filho:** E nós também! **Sra. Marister da Cunha John:**
520 Não, tu estás faltando com o respeito com os Colegas. **Sra. Presidente:** Eu vou pedir respeito tanto
521 para os Conselheiros governamentais, que eu acho que em primeiro lugar tem que respeitar esta
522 Plenária. Este é um Conselho que congrega tanto a sociedade civil quanto o Governo, e da mesma
523 forma que nós respeitamos o Governo a gente quer respeito. Portanto, gostaria de pedir,
524 principalmente ao Carlos, que saiba ouvir para depois a gente poder discutir. Estou respeitando que
525 cada Conselheiro fale e tenha o direito de falar. Agora, é com respeito, acho que nenhum
526 Conselheiro aqui da sociedade civil desrespeitou até agora. Nós estamos questionando o que é o
527 papel deste Conselho. Tu estás inscrito, Carlos, no teu momento tu vais falar. **Sra. Maria de**
528 **Lurdes dos Santos:** Mariazinha, eu queria saber, para ficar mais claro para mim, esta Planilha é dos
529 programas que já existem? **Sra. Presidente:** Sim. **Sra. Maria de Lurdes dos Santos:** Então, eu
530 queria dizer aos meus Colegas, se ele já existe a gente tem que votar para manter, a gente deve
531 manter o que já existe. O questionamento de se vem mais, de onde vai se tirar, que fica aquele
532 adendo, acho que a Iara que falou, e a Bernadette, de se ter essa preocupação de quem não
533 conveniu e que tem as demandas do OP. Aí eu estava escutando, como eu participei do OP muitos
534 anos, sempre entendi que o OP realmente, não é este fórum para discutir, mas o Orçamento sempre
535 tem uma demanda maior do que o Orçamento. Quem está aqui tem que saber disso, que sempre o
536 que se demanda no OP dificilmente vai ser viável, nunca foi assim e acredito que nunca será. Todos
537 nós que somos do Orçamento sabemos disso, que nunca se cumpre uma demanda este ano ou ano
538 que vem já tem a demanda na mão. Então, vamos também ter essa consciência do Orçamento

539 Participativo. A minha preocupação é exatamente esta Planilha que vai ser votada para manter os
540 programas das entidades que são conveniadas já existentes, ok. Agora, fica esse blá, blá, blá, isso é
541 outro momento para estar discutindo as outras ações. A gente tem que vir aqui ser mais objetivos,
542 fazer o que tem que fazer, porque é um bate-bola daqui, bate-bola dali. Este ano, como suplente da
543 minha colega, eu só observei, vejo muito dentro deste Conselho, é um bate-bola daqui e dali. A
544 gente não consegue sair daqui sabendo alguma coisa, até votando alguma coisa sem conhecimento
545 nenhum. E os órgãos do Governo que tragam as coisas para a gente discutir antes e visualizar antes,
546 para a gente poder realmente estar aprovando. No meu entender isto aqui é um programa que já
547 existe, tem que manter o que já existe. Depois as demandas a gente vai vendo como elas vêm,
548 porque este ano passou o ano inteiro só vindo coisas em cima da hora, a gente votando sem saber o
549 que estava votando. Essa é a minha preocupação e fecho com a Colega aqui. **Sr. Carlos Fernando**
550 **S. Filho:** Eu acho que a Plenária e a Mesa coordenadora do Conselho tem que ter respeito por
551 ambas as partes, não pode assumir parte de lado algum. Isso não tem acontecido ao longo das
552 Plenárias e hoje não aconteceu de novo. Eu fui desrespeitado alguns minutos antes e sou citado
553 como desrespeitoso, então, isso não é tratamento igual. Quero dizer aos Colegas que eu não sou CC,
554 eu sou funcionário há 22 anos. Então, exijo respeito também, tenho legitimidade aqui de
555 comunidades, mas também tenho legitimidade aqui de Poder Público, se nós estamos aqui para
556 votar não nos esqueçamos, nós temos votações iguais, temos necessidades enquanto sociedade. Eu
557 acho que de repente pode estar acontecendo aqui alguma coisa de utilização, aí nós vamos ter que
558 começar a pensar uma nova dinâmica de trabalho aqui, talvez até uma reunião circular para que todo
559 mundo se veja. Essa coisa de vocês aí na frente e nós aqui atrás, eu acho que isso não precisava,
560 podia ser sistema CMDCA, um grande círculo para que a gente se veja e se exponha, coloque-se e
561 se trate de forma igual. A gente também tem que trabalhar alguns entendimentos, porque se alguém
562 aqui está entendendo que todas essas instituições conveniadas com a Prefeitura é terceirização, bom,
563 aí, realmente, o sistema está equivocado, terceirização o Poder Público supre tudo. O que eu sempre
564 entendi enquanto funcionário da Prefeitura é que eram parcerias. Parcerias têm responsabilidades
565 mútuas, e isso, na boa, aqui neste Conselho, de algumas pessoas, eu não tenho escutado e não tenho
566 sentido. Se vocês entendem que isso é terceirização a gente tem que fazer uma grande revisão de
567 SUAS, de Regimento do CMAS e de tudo mais, inclusive, de respeito. Se realmente for
568 terceirização talvez tenha que se rever todos os convênios. **Sra. Sandra Mara Nunes:** Eu acho
569 muito complicado, porque dá a impressão de que não queremos discutir. Em relação ao que está
570 apontado na Planilha, estão apontados os serviços e programas existentes e algumas ampliações,
571 como foi pontuado o Ação Rua e outros programas novos que não foram possíveis apresentar
572 porque a gente não viu toda a Planilha juntos, que era a proposta que a gente estivesse apresentando
573 as adequações. Então, existem programas novos e a manutenção dos existentes. **Sra. Presidente:** Só
574 lembrando que nós estamos discutindo o orçamento de 2007, não é 2006 que está em execução.
575 **Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa:** A minha sugestão é de encaminhamento. Eu proponho que a
576 gente em cima dos dados que temos, até em função dos questionamentos e esclarecimentos, que a
577 gente consiga aprovar esta Planilha, mas, também, coloque o seguinte: que nós tenhamos esses
578 dados depois. Nós vamos aprovar no global, mas esses dados mais abertos no sentido de pegar
579 aqueles 8.792.000, colocar quanto é da ação de cima, quanto é da ação de baixo e definir isso. E que
580 a gente possa somar três ou quatro itens, que fecha aquilo ali, para a gente saber realmente o que é
581 de cada ação, especificado em cada uma das ações. Por outro lado, que nós também tenhamos por
582 parte da FASC o levantamento em relação aquilo que foi questionado do OP, tanto de demandas
583 atrasadas, do OP 2006 e o que está previsto para 2007, com a maior brevidade, para que a falta
584 dessas informações neste momento não tranque, mas que nós tenhamos isso na mão a fim de poder
585 discutir a suplementação. Também acontece o seguinte: nós podemos aprovar e depois, lógico,
586 como tu disseste, vai se buscar, mas nós queremos saber o quanto vai ter que ser buscado e de onde
587 vai ser tirado. Então, isso nós queremos saber antes de dizer: “Nós suplementamos tanto”; porque

588 em um orçamento global fechado para suplementar está tirando de algum lugar. É esse o
589 encaminhamento que eu tenho a fazer. **Sra. Heloísa Helena L. Vinõlo:** Eu acho que está muito
590 difícil isto aqui, de trabalhar esta Planilha, onde tem programas sendo implantados, ações sendo
591 implantadas e a questão do OP. Continuo insistindo, não está sendo nem prevista. Se vai
592 suplementar tudo bem, suplementa, de onde vão tirar vão ter que mostrar, só que mesmo assim está
593 muito escuro isto aqui. Aprovando isto aqui nós vamos estar fazendo mais uma vez a aprovação a
594 toque de caixa de qualquer jeito, não aprovando vamos ficar na mão do DAS para decidir o que nós
595 merecemos. Eu não sei se não é o caso de não aprovar, porque nós estamos a quase dois anos
596 aprovando tudo de última hora para depois resolver, quando chega lá fora, não conveniou porque o
597 CMAS não aprovou dinheiro, porque o CMAS não liberou. É ruim a gente ficar apanhando aqui
598 dentro e apanhar lá fora também, e ninguém assume a sua responsabilidade de dizer: “Não, nós
599 prevemos”; não, foi o CMAS que não aprovou. Se nós aprovarmos como está aqui os nossos
600 adendos não vão para a rua, vai para a rua que nós aprovamos assim, que nós não vimos que não
601 estava previsto recurso. E o controle social tem que ser feito em cima de tudo. **Sra. Eliane Gassen:**
602 Eu só queria tentar entender, porque eu acho que como ela colocou, a partir do momento que for
603 aprovada, aí está feito, não tem mais, por decorrência a negociação, que pode acontecer como
604 também não. Então, como eu coordeno o PAIF, aqui aparece o PAIF, eu não entendi onde fala
605 “atendidas”, são sete regiões aqui, depois conveniadas são seis. Na realidade, todas são
606 conveniadas. **Sra. Sandra Mara Nunes:** É porque o valor de gestão compartilhada e os recursos
607 humanos que são conveniados. **Sra. Eliane Gassen:** Depois entra toda a discussão do recurso, o
608 valor aqui há dois anos, partindo para o terceiro ano, é exatamente o mesmo, e nós estamos falando
609 de recursos humanos. Então, o educador social do PAIF que ganha 300 reais há dois anos vai
610 continuar ganhando 300 reais. Ele tem reajuste porque a instituição o contratou como funcionário.
611 Então, há os dissídios e a instituição paga, nós como instituição estamos bancando o PAIF em dia e
612 nós recebemos o recurso de março, abril, o resto a instituição vem bancando porque está atrasado.
613 **Sra. Sandra Mara Nunes:** Que é um recurso do Governo Federal. **Sra. Eliane Gassen:** É um
614 recurso do Governo Federal. E nós estamos com esse recurso já, então, desde o ano passado,
615 normalmente, de quatro a cinco meses atrasado. Não parou de funcionar porque a instituição
616 consegue, tem condições de dar conta. O recurso federal, até onde eu sei, está atrasado. Atrasado
617 não, ele vem com uma defasagem de um mês, nós estamos falando de quatro a cinco meses. **Sra.**
618 **Daniela:** Na verdade, recurso federal entra dia 10/11, equivalente a outubro. **Sra. Eliane Gassen:**
619 Então, quando trazem essa questão de aprovação de algo nesse sentido me preocupa. **Sra. Daniela:**
620 Eu não sei como funciona lá, mas o recurso é repassado. **Sra. Eliane Gassen:** Então, me preocupa
621 nesse sentido, porque nós vamos estar empurrando para mais um ano. O recurso é repassado com
622 esse atrasado de quatro, cinco meses. **Sra. Presidente:** Ninguém mais se inscreveu, então, está
623 encerrado porque precisamos encaminhar. Eu vou ler o ofício que foi encaminhado, para a Plenária
624 poder definir se vamos votar ou não. É o Ofício n.º 775/06, de 20/10/06: “Senhora Presidente, a
625 Comissão Intergestora Bipartite – CIB/RS, em reunião realizada em 03/08/06, com as competências
626 conferidas pela NOB e SUAS, e cumprindo com o disposto na Resolução n.º 91/05-CIB/RS, e na
627 Resolução n.º 175/02-CMAS, resolveu através da Resolução n.º 117/06, através dos seus artigos, 1
628 – definir o prazo de 30-10 para o envio ao Departamento de Assistência Social – DAS/STCAS, da
629 atualização de planilhas e prioridades, metas e recursos, planilha orçamentárias previstas para o
630 exercício de 2007, referente ao plano pluri anual municipal de assistência social de 2006 a 2009. As
631 planilhas deverão vir acompanhadas da ata de resolução do CMAS aprovada. Os municípios que
632 não atenderem a essa resolução ficarão sujeitos as deliberações a serem definidas pelo Plenário da
633 Comissão Intergestora Bipartite. Diante do acima exposto dirigimo-nos a Vossa Senhoria com o
634 objetivo de encaminhar para deliberação desse Conselho a Planilha Anual de Prioridades, Metas e
635 Recursos para a Gestão: Rede de Proteção Básica, Rede de Proteção Especial de média
636 complexidade e Rede de Proteção Especial de alta complexidade. Solicitamos ainda, se possível, a

637 priorização da prestação do referido material, tendo em vista os motivos acima expostos. Sem mais
638 para o momento aproveitamos a oportunidade para enviar cordiais saudações”. Este foi o ofício que
639 chegou dia 23 no CMAS. Então, está colocada a questão, acho que nós temos procurado de todas as
640 formas sempre discutir e encaminhar as questões, apesar de muitas vezes os questionamentos e as
641 discussões que a gente levanta serem taxados simplesmente como questões políticas partidárias.
642 Este Conselho tem na sua responsabilidade aprovar o orçamento do gestor, isso é compromisso
643 nosso. Eu acho que a Heloísa trouxe uma questão muito clara para nós, que é quando as entidades
644 cobram, o que é dito é que o CMAS não aprovou, porque é o CMAS quem tem que deliberar sobre
645 as ações, sobre as políticas que são implementadas. Então, está na mão de cada um dos
646 Conselheiros decidir o que vamos fazer, se nós aprovamos ou se nós rejeitamos esta proposta.
647 Tendo bem claro que rejeitar a proposta significa a gente ficar na dependência da Comissão
648 Bipartite, eles vão definir sobre o que sobrar, o que vem para o Município. **Sra. Josiane S.**
649 **Cardoso:** Eu gostaria de fazer um encaminhamento, de que seja aprovada a planilha com a ressalva
650 de que os recursos são insuficientes para que se cumpram as políticas. **Sra. Miriam Dabdab D.**
651 **Kolinger:** Como ele pede o encaminhamento de cópia da ata, eu pressuponho de que vai ser
652 respeitado, lidas e respeitadas as resoluções deste Conselho, senão, não pediriam cópia da ata. É o
653 que nos deixa um pouco mais seguros. Eu acho que não é só a aprovação e sim cópia da ata. Depois
654 de todas as ressalvas, claro, aí ficou entendido da minha fala de que todas as ressalvas que estariam
655 ali seriam respeitadas. **Sra. Presidente:** Quais as ressalvas que devem constar na ata? **Sr. Carlos**
656 **Fernando S. Filho:** A questão desse recurso. Então, fica esclarecida a suplementação para poder
657 bancar aquilo o que não está orçado, seja o OP, que a Heloísa levantou, ou questões de
658 conveniamento, que ainda não foram colocadas. **Sra. Presidente:** É o relatório da Comissão. **Sra.**
659 **Iara de Fátima Bueno da Rosa:** Se nós fizermos a ata com aprovação, levando em anexo o parecer
660 da Comissão de Políticas e a aprovação deste parecer por esta Plenária, está tudo respaldado. Eu
661 acho que isso é coerente. Eu acho que entre não aprovar e ficar sem a possibilidade de nada. Por
662 exemplo, um dos itens que nós chamamos a atenção é aquela questão da especialização, pedagogia,
663 sei lá o que é, nós achamos que não tem que fazer. Nós pedimos para retirar, mas alocamos esse
664 dinheiro em outra coisa para garantir o recurso. **Sra. Maria Bernadette M. de Medeiros:** Ou
665 quem sabe a gente lê, o que daqui já foi entendido fica aqui. Por exemplo, “deverá ser alterado o
666 número de metas na fase de convivência conveniado”, isso já foi feito, tira daqui, não precisa
667 constar aqui. **Sra. Miriam Dabdab D. Kolinger:** Metade das coisas já foram arrumadas na Planilha
668 pelos técnicos. **Sra. Presidente:** Foi o que a gente levantou na Comissão de Políticas, é o que ficou.
669 Qual era o nosso encaminhamento? Por que a Bernadette leu no início? Era exatamente porque a
670 gente apontava uma série de questões. O que era para ser feito? As gurias estariam apresentando e
671 estava liquidado. Foi a própria Plenária que inverteu a forma de apresentação. Portanto, agora está
672 dado. Então, fica o encaminhamento da Comissão de Políticas, é isso? **Sra. Sandra Mara Nunes:**
673 Sem alterações? **Sra. Presidente:** Não, com as alterações. Fica o parecer da Comissão com todos os
674 questionamentos levantados, com todos os encaminhamentos, o adendo solicitado. A Bernadette
675 sabe o que já está contemplado, ela pode, em cinco minutos, acertar com as gurias, retira e é em
676 cima disso que vai se fazer a ata. Quem concorda com esse encaminhamento, por favor, levante a
677 mão. Quem é contra? Alguém se abstém? Está aprovado, apesar de muita gente não levantar a mão,
678 mas se não se abstém e não é contra está aprovado. Esta questão está dada. Agora só vou dizer
679 porque a gente tirou a reprogramação, porque quem era Conselheiro aqui lembra que quando nós
680 aprovamos a Reprogramação aprovamos uma proposta e veio uma outra proposta. Portanto, não
681 dava para a gente discutir, porque nós estaríamos aprovando uma outra proposta que não a que já
682 havia sido aprovada neste Conselho. Então, volta na semana que vem para a gente discutir a
683 reprogramação. Muito obrigada. **Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa:** Já que nós conseguimos,
684 entre mortos e feridos, sobrevivemos todos, gostaria de só fazer uma colocação ao Carlos em cima
685 daquilo que ele colocou a respeito do círculo, de como é no CMDCA. Nós temos que partir do

686 seguinte princípio, que são fóruns diferentes e a quantidade de Conselheiros que há aqui é muito
687 maior. Outra coisa, nós ainda estamos em um processo de implantação, nós nos mudamos há uma
688 semana, essas cadeiras devem ser substituídas e nós também achamos que não deve ser, tanto que
689 mudamos hoje. E gostaria de dizer uma coisa, tem que vir um pouco mais desarmado. Eu acho que
690 vale para todos, mas tem que vir um pouco mais desarmado. Nós não podemos chegar aqui em
691 sistema de quebra-de-braço, nós somos um Conselho paritário e parceiro. Nós estamos aqui para
692 construir políticas públicas para a Cidade não para mostrar quem manda mais.
693 (Encerrada a reunião às 20h13min)